



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA RETIFICATÓRIA

Nº 2105

Processo SMA
Nº 13601/2007

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia Retificatória**, com base no Parecer Técnico nº 10/12/IE e na Deliberação CONSEMA 13 de 20/03/12, e para adequação das exigências referentes à compensação ambiental estabelecida na Lei Federal nº 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002, o qual foi alterado pelo Decreto Federal nº 6.848/2009 para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: Ivo Zarzur Administração e Participações Ltda.

CNPJ: 62.263.207/0001-06

LOGRADOURO: Rua Estados Unidos, 970

BAIRRO: Jardim América

MUNICÍPIO: São Paulo - SP

CEP: 01427-001

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: Loteamento Residencial Figueira Garden II

LOGRADOURO: Rodovia Fernão Dias km 30

MUNICÍPIO: Atibaia e Bragança Paulista - SP

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se da implantação de loteamento residencial em área de cerca de 409 ha, dos quais 338 ha localizados no município de Bragança Paulista e 71 ha localizados no município de Atibaia. O projeto urbanístico proposto prevê a implantação de cerca de 2.253 lotes residenciais e uma expectativa populacional de cerca de 14 mil habitantes. A gleba possui Reserva Legal já averbada na matrícula do imóvel referente a Fazenda Santo Antônio das Palmeiras, que totaliza 27,79% da área do projeto e uma área verde estimada em 17,84%. O loteamento conta ainda com áreas de lazer impermeáveis (0,69%), sistema viário (16,24%), áreas institucionais (6,07%), corpos d'água (3,65%) e faixas de servidão de Furnas Centrais Elétricas S/A (1,50%).

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 1 (um) ANEXO RETIFICATÓRIO.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 (CINCO) anos, a contar DE 12/05/2011.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data:

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)

1547331



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Fls 1 / 4

ANEXO RETIFICATÓRIO

Processo SMA

Nº 13601/2007

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA RETIFICATÓRIA Nº 2105

Para continuidade do licenciamento a ser realizado junto à Agência Ambiental de Atibaia e obtenção do Certificado GRAPROHAB, o interessado deverá demonstrar o cumprimento das seguintes exigências:

1. *Apresentar o detalhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras contemplando a descrição e localização em planta do canteiro de obra, infraestruturas, e acessos provisórios, além dos seguintes subprogramas: Subprograma de Controle da Qualidade do Ar e da Emissão de Ruídos; Subprograma de Controle da Poluição dos Solos e das Águas; Subprograma de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com metodologia, equipe técnica, cronograma e ART do responsável técnico.*
2. *Apresentar o detalhamento do Projeto de Terraplenagem com o balanço dos volumes, projeção de corte e aterro, previsão de instalação de barreira de contenção de sedimentos no manancial de abastecimento do empreendimento e ART do responsável técnico.*
3. *Incluir os seguintes subprogramas no Programa de Controle Ambiental das Obras:*
 - a) *Controle dos Processos Erosivos, contemplando as ações de controle (incluindo sistemas provisórios de drenagem superficial, barreiras de contenção de sedimentos, treinamento dos operários, etc) e as atividades de monitoramento dos processos erosivos.*
 - b) *Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, incorporando parâmetros qualitativos e quantitativos, considerando pontos de amostragem a montante e a jusante do empreendimento, incluindo os resultados da primeira campanha realizada no local.*
4. *Apresentar o projeto do sistema de drenagem de águas pluviais, aprovado pelo órgão municipal competente de Atibaia e Bragança Paulista, prevendo a implantação de bacias de retenção de sedimentos e resíduos. Tal sistema deverá ser projetado de forma a garantir o abatimento dos eventuais picos de vazão dos loteamentos Figueira Garden I e II. Demonstrar a adequação do projeto urbanístico à cota máxima dos cursos d'água.*
5. *Obter junto à Agência Ambiental da CETESB, autorizações para corte de árvores nativas isoladas apenas quando não for possível incorporá-las ao projeto urbanístico, de acordo com os critérios da Resolução SMA 18/07 e para as intervenções em Áreas de Preservação Permanente para implantação de barramento em afluente do ribeirão das Pedras.*
6. *Comprovar a averbação à margem da matrícula das áreas verdes do empreendimento com 73,02 ha, referente aos 68,37 ha previstos no projeto apresentado e aos 4,65 ha de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração que não poderão ser suprimidos.*
7. *Firmar, junto à Agência Ambiental da CETESB, Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, para recuperação das Áreas Verdes e Reservas Legais do empreendimento, atendendo os critérios estabelecidos na Resolução SMA 08/08.*
8. *Apresentar o detalhamento do Programa de Recuperação e Manejo das Áreas Verdes e Reservas Legais, com observação às exigências determinadas pela SMA 08/2008 e SMA 31/2009, utilização de técnicas de nucleação para condução da regeneração natural das áreas com vegetação, mapeamento, quantificação e descrição das áreas a serem recuperadas e a serem enriquecidas; definição de responsáveis pelo projeto, execução e manutenção; além de cronograma de implantação e monitoramento, por um período mínimo de 5 anos após o plantio.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

1547332



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO RETIFICATÓRIO

Fls 2 / 4

Processo SMA

Nº 13601/2007

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA RETIFICATÓRIA Nº 2105

9. Apresentar detalhamento do Programa de Monitoramento e Manejo da Fauna (mastofauna, avifauna e herpetofauna), indicando pontos de monitoramento (inclusive nas áreas de recuperação florestal), metodologias, espécies alvo, esforço amostral (no mínimo cinco dias por grupo faunístico semestralmente), equipe técnica envolvida e cronograma, no período mínimo de três anos. Devem ser apresentadas propostas de manejo tais como: instalação de passagens de fauna; manutenção da conectividade entre Áreas Verdes através de cercamento que permita a passagem da fauna; sinalização preventiva; práticas educativas; coibição da abertura de trilhas na matas; utilização de espécies da flora que forneçam recursos à avifauna; etc;.
10. Apresentar a localização e o projeto das passagens de fauna.
11. Apresentar o projeto do sistema de abastecimento e tratamento de água do empreendimento, devidamente aprovados pelo SAAE – Atibaia e SABESP – Bragança Paulista, contemplando o detalhamento das alternativas técnicas de controle de perdas no sistema de abastecimento do empreendimento e do reuso da água.
12. Apresentar o projeto do sistema de afastamento, tratamento e disposição dos esgotos do empreendimento, contemplando os seguintes itens descritos no Parecer Técnico nº 044/07/EEEE :
 - a) Prever dispositivos de segurança nas estações elevatórias de esgotos, para a situação de emergência para o caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica.
 - b) Garantir o atendimento aos padrões de emissão regulamentados pelo Artigo 18 do regulamento da Lei Estadual 997/76, Resolução CONAMA 357/2005 e Resolução CONAMA 430/11.
 - c) Prever um desnível maior entre os tanques de aeração e o tanque de contato de cloração, para assegurar carga hidráulica ao descarte do sobrenadante do tanque de aeração e também para eventual necessidade de esvaziamento do tanque de aeração para realização de manutenções corretivas ou preventivas.
 - d) Prever dispositivos para a regularização da vazão de descarte, para que não exceda a 1,5 vezes a vazão média afluyente de projeto.
13. Realocar os equipamentos de saneamento que incidem em áreas verdes do empreendimento.
14. Apresentar detalhamento do Plano de Contingência para as situações de escassez de água de abastecimento do empreendimento e para acidentes com cargas perigosas.
15. Apresentar um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos e dos Resíduos da Construção Civil para a fase de operação, de acordo com as diretrizes das Resoluções CONAMA nº 307/02 e nº 348/04 e da Lei Estadual nº 12.300/06, e Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/10.
16. Apresentar um Programa de Gestão Junto ao Poder Público quanto à implantação de futuros equipamentos nas áreas institucionais.
17. Apresentar um Programa de Contratação e Desmobilização da Mão de Obra que contemple propostas de ações para a priorização da contratação e capacitação da mão de obra local.
18. Comprovar a realização de gestões ou acordos com a Prefeitura e a Autopista Fernão Dias - OHL Brasil para implantação de melhorias no sistema viário, demonstrando as obras sob responsabilidade do empreendedor.
19. Apresentar projeto para implantação de ciclovia.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

1547333



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Fls 3 / 4

ANEXO RETIFICATÓRIO

Processo SMA

Nº 13601/2007

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA RETIFICATÓRIA Nº 2105

20. Apresentar um Subprograma de Controle das Interferências com Tráfego no âmbito do Programa de Controle Ambiental das Obras.
21. Apresentar Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas, aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com a abertura de sondagens, supressão de vegetação e demais medidas cabíveis para um diagnóstico mais preciso nas áreas destinadas à implantação do empreendimento, bem como nas demais áreas em que as condições do terreno sejam propícias à presença de vestígios arqueológicos, conforme a legislação vigente, nas áreas a serem impactadas direta ou indiretamente pelo empreendimento.
22. Apresentar o comprovante do depósito bancário em Caderneta de Poupança de sua titularidade, específica e vinculada ao presente licenciamento, a ser aberta junto ao Banco do Brasil, no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, para atendimento à Lei Federal nº. 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4.340/2002 e alterada pelo Decreto Federal 6.848/2009, cujos rendimentos financeiros constituirão mera manutenção do valor da moeda e, também, serão destinados a referida compensação ambiental.
23. Conforme artigo 3 da Deliberação CONSEMA 13, de 20-03-2012, protocolar junto às Prefeituras dos Municípios de Bragança Paulista e de Atibaia a recomendação de que seja incluída nos Planos Locais Habitacionais de Interesse Social – PLHIS a previsão de pressão demográfica, nos próximos anos, e da consequente demanda por habitação de interesse social nesses municípios;
24. Conforme artigo 3 da Deliberação CONSEMA 13, de 20-03-2012, integrar ao Sistema de Monitoramento Ambiental da Fundação Florestal o monitoramento que será realizado pelo empreendedor, durante a execução das obras e nos anos subsequentes, com o registro de informações na periodicidade a ser estabelecida.

Durante a instalação do empreendimento

25. Apresentar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), a ser assinado após a destinação dos recursos da compensação ambiental pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA), conforme estabelecido na Resolução SMA nº 24/2012.

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação à Agência Ambiental de Atibaia, o empreendedor deverá apresentar relatório final, elaborado por profissional habilitado, com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional específico, demonstrando o cumprimento das seguintes exigências:

1. Apresentar um balanço das ações realizadas durante a fase de implantação do loteamento no âmbito do Programa de Controle Ambiental das Obras. Apresentar relatório descritivo e fotográfico e toda documentação comprobatória do atendimento às medidas ambientais previstas nesse programa, as eventuais não conformidades verificadas e as medidas corretivas adotadas. Comprovar a completa recuperação da área afetada pelas obras, incluindo os acessos e as áreas de apoio (canteiro de obras, bota-fora).
2. Apresentar planta do Projeto Urbanístico executado.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

1547334



ANEXO RETIFICATÓRIO

N° 13601/2007

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA RETIFICATÓRIA Nº 2105

3. Apresentar relatório demonstrando a execução do sistema de drenagem proposto, incluindo os dispositivos de infiltração de águas pluviais, bacias de detenção ou retenção e os dispositivos de retenção de cargas difusas.
4. Demonstrar o cumprimento dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA.
5. Apresentar o relatório de acompanhamento do Programa de Recuperação e Manejo das Áreas Verdes e Reservas Legais.
6. Apresentar relatório de andamento do Programa de Monitoramento e Manejo da Fauna realizado no período de implantação do empreendimento.
7. Demonstrar a implantação das passagens de fauna previstas.
8. Comprovar a conclusão das obras dos sistemas de abastecimento de água, e de afastamento, tratamento e disposição dos esgotos do empreendimento, conforme diretrizes SABESP e SAAE.
9. Apresentar Outorga do DAEE para o lançamento superficial dos efluentes tratados na ETE do empreendimento.
10. Apresentar relatório do Programa de Gestão Junto ao Poder Público e do Programa de Contratação e Desmobilização da Mão de obra, destacando os principais resultados obtidos durante a implantação do empreendimento.
11. Comprovar a implantação da ciclovia e das melhorias e adequações viárias previstas.
12. Apresentar as manifestações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, segundo a Portaria nº 230, de 17/12/2002 do IPHAN e a Resolução SMA nº 34, de 27/08/2003, para os resultados do monitoramento, eventuais prospecções e resgates realizados.
13. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta poupança na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.

Durante a operação do empreendimento:

1. Apresentar relatórios anuais do Programa de Recuperação e Manejo das Áreas Verdes e Reservas Legais por, no mínimo, cinco (5) anos após a obtenção de LO para cada uma das etapas do empreendimento.

[illegible]

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

1547353